

-----ATA N.º 5 DE 26 DE JUNHO -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2024, pelas 21.30h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 15/CM/2024 - Apreciação e votação da prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2023;-----

-----2 - Proposta n.º 16/CM/2024 - Discussão e votação da 4.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----3 - Proposta n.º 17/CM/2024 - Discussão e votação da proposta da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2024;-----

-----4 - Proposta n.º 18/CM/2024 - Designação de júris para procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes;-----

-----5 - Proposta n.º 19/CM/2024 - Declaração de Investimento de Interesse Municipal e aceitação do benefício fiscal de redução em sede IMI requerida pela empresa Metal Carvalho Conrado, Lda.;

-----6 - Proposta n.º 20/CM/2024 - Discussão e votação da alteração ao regulamento do projeto “Faz e Acontece” – experiências vocacionais em contexto laboral;-----

-----7 - Proposta n.º 21/CM/2024 - Nomeação de auditor externo – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----8 - Proposta n.º 20/AM/2024 - Informação das comissões;-----

-----9 - Proposta n.º 21/AM/2024 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----9.1 - Proposta n.º 22/AM/2024 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----9.2 - Proposta n.º 23/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----10 - Proposta n.º 24/AM/2024 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, Carlos Alberto Pontes Filipe,

Sérgio Augusto Nunes Simões, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Miguel Pinheiro da Silva (em substituição de Nuno Carlos Lopes Pinto), João Francisco Mota Tomaz, Mario João Rodrigues Matias, Jorge Miguel Antunes Dias (em substituição de David Alves Gomes Lopes), Margarida Maria Gomes Veloso Jesus (em substituição de Ilídio Paulo Antunes dos Santos), João Paulo Moreira dos Reis (em substituição de António João Leal da Costa Bastos), e Pedro Manuel Batista Campos em (substituição de Francisco Artur Gomes Corvelo). -----

----Faltou o membro Marco António Figueiredo Branco -----

----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Sérgio Paulo Matias Galvão, Duarte Rogério Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto e Secundino Campos Oliveira. -----

----O **presidente da mesa** deu início à sessão, com as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos, e como notas prévias lembrou o jantar de autarcas que teria lugar no dia seguinte, que seria precedido da inauguração da Feira de S. Pedro, que contaria com a presença do secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado. Mais cedo às 18.00h está marcada uma reunião extraordinária da Comissão Permanente Líderes, a pedido do deputado da nação Marco Claudino, que se se realizará nas instalações da Junta de Freguesia de São Pedro, Santa Maria e Matacães.

----Aproveitou para felicitar o executivo desta junta, nesta sessão representado pelo secretário Jorge Dias, não só pela comemoração do dia da freguesia, mas também pelas magníficas comemorações da abertura da Loja e Mercearia Social que contou com a presença do secretário de estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, dignas de uma grande de junta de freguesia. -----

----Deu nota ainda que teve conhecimento do falecimento da mãe do presidente da União das Freguesias de Carvoeira e Camões, e iria propor um voto de pesar para expressar ao autarca e à família os mais sentidos pêsames. -----

----Por último informou que o deputado independente António Ferreira dos Anjos apresentou pouco antes da sessão a sua renúncia ao mandato por motivos pessoais e seria substituído nos termos legais seguindo a lista do PSD. -----

----De seguida abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido duas inscrições:-----

**INTERVENÇÃO DA CIDADÃ KATHY BAPTISTA – ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA:** -----

-----A *cidadã* disse que veio expor a sua indignação sobre a atuação vergonhosa da Câmara Municipal de Torres Vedras em relação às acessibilidades e para dizer que dificilmente conseguem diminuir as barreiras arquitetónicas se não mudarem as mentalidades.-----

-----Reforçou que considera lamentável que após 26 anos, desde que a lei das acessibilidades foi publicada, ainda batalhem sobre os mesmos problemas de sempre e não é de estranhar que uma associação respeitável tenha lançado recentemente, uma petição a exigir revisão das entidades fiscalizadoras, porque reconhece que existe "muitas lacunas na implementação e fiscalização das políticas de acessibilidade, inclusivamente obras novas que não cumprem a legislação" e que é fundamental a criação de mecanismos de monitorização mais transparentes e participativos.-----

-----Relatou uma ocorrência que teve em 2023, depois de ter alertado que os estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, junto à Loja do Cidadão, não tinham as dimensões adequadas e também não estavam bem localizados, ao qual recebeu como resposta “para fazer a inversão de marcha e estacionar contra o sentido do trânsito que já conseguiria sair do carro”, considerando uma resposta vergonhosa, tendo o assunto só ficado resolvido porque houve uma persistência exaustiva da sua parte.-----

-----Acrescentou que no seu entender existe uma enorme falta de conhecimento nesta área e se a acessibilidade fosse bem entendida não permitiriam por exemplo: que as trotinetes elétricas fossem abandonadas em cima dos passeios; a construção rampas demasiado íngremes, como é o caso de uma existente numa clínica de fisioterapia, na cidade; a atribuição dois estacionamento para mobilidade reduzida, na zona da Expo, junto da via de circulação e em cima de uma curva, onde se sujeitam a montar a cadeira de rodas e serem atropelados e ainda a colocação de estacionamento precisamente à frente do passeio que foi propositadamente rebaixado, ao seja, quem estacionar bloqueia o acesso ao passeio rebaixado.-----

-----Também questionou como é que se promove uma sociedade mais inclusiva, e ao mesmo tempo se inauguram parques públicos com mobiliário não compatível para pessoas em cadeira de rodas, lembrando que já abordou estas preocupações não só com o anterior presidente da câmara, mas também com a atual, numa reunião a 4 de agosto 2022, onde mencionou que a escolha do mobiliário do parque do Choupal não era a adequada, mas nenhuma destas reuniões serviu de aprendizagem porque o mesmo mobiliário foi escolhido para um parque recentemente requalificado na Rua Fernando Vicente e agora também no parque infantil do Sarge. Está a falar simplesmente do modelo de mesa, mas que são pormenores que têm graves consequências nas suas vidas.-----

-----Insistiu que não se promove uma sociedade mais inclusiva, se continuarem a promover projetos ou eventos em espaços de difícil acesso a pessoas com mobilidade reduzida, sendo importante que

quando escolham um sítio, analisem o percurso que uma pessoa com mobilidade reduzida tem que fazer para lá chegar, pois por vezes é algo tão simples como atribuir um estacionamento reservado ou colocar uma rampa provisória. Deu como exemplo a sessão do orçamento participativo do Ramalhal, que se realizou num espaço de difícil acesso. -----

----Relativamente às esplanadas existentes nos estabelecimentos de restauração, condena o município que tem o poder de fiscalizar e o dever de informar ou recomendar aos empresários a importância de criarem espaços acessíveis e que regras devem seguir. O objetivo não é multar ou condenar, é criar mecanismos e promover campanhas de sensibilização para estejam mais atentos às acessibilidades. -----

----Confessou a sua indignação por ouvir por parte da Câmara Municipal que existe um plano e que ao longo dos anos melhoramentos foram feitos, sabendo que em muitos dos melhoramentos que já foram feitos a barreira arquitetónica não foi eliminada, porque a qualidade da intervenção foi débil.

----Fez notar que Torres Vedras podia seguir o exemplo de Badajoz onde todos os estacionamentos têm as mesmas dimensões, estão todos sinalizados, pintados e junto a uma passadeira rebaixada, lamentando que no concelho parece que são feitas à toa, oferecendo dúvidas o critério que segue a autarquia, sem falar da fiscalização. -----

----Lamentou que teimosamente não haja interesse por parte do município, em criar um grupo de trabalho dedicado às acessibilidades, medida que já é adotada noutras câmaras por cá e lá fora. A falta de acessibilidades em Torres Vedras, não se deve a um problema cultural, mas unicamente por não existir uma postura assertiva e correta por parte do município sendo urgente que resolvam as barreiras hoje e não amanhã porque estão a falar da vida das pessoas.-----

----Reforçou que a falta de acessibilidades é o principal fator de exclusão social de pessoas com deficiência. -----

----**A presidente da Câmara** começou por saudar a intervenção da cidadã, mas assegurou que é notório que ao longo dos anos, nas intervenções que têm sido feitas, que tem havido da parte da Câmara Municipal uma vontade para que haja alteração relativamente à situação. O ponto de partida foi muito atrás e tem plena consciência que o que fazem não é tudo o que é necessário, mas há trabalho feito e também estão identificadas a generalidade das situações em cada uma das freguesias em que é necessário intervir.-----

---Referiu ainda que também há trabalho feito com a Associação Salvador que ano após ano, é colaboradora da Câmara Municipal, e para além disso, projetos, por um lado, para a sensibilização, e por outro, para a identificação das situações que existem no espaço público. -----

----Sobre o que a cidadã referiu sobre a clínica de fisioterapia, informou que o projeto que foi aprovado permitiria o acesso com cadeira de rodas que na realidade não é viável por deficiência na própria conceção daquilo que foi realizado. -----

-----Concluiu dizendo que sabe que há muitas situações a corrigir, mas há melhorias que se vão fazendo dia após dia, não esquecendo as referências que fez relativamente aos espaços para estacionamento e, deixando a nota que em Portugal têm poucos técnicos na área da mobilidade e sobretudo, bons técnicos, pelo que, é um caminho muito curto que precisa de pessoas mais capacitadas para melhor poder delinear aquilo que vai sendo feito no dia a dia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **INTERVENÇÃO DO CIDADÃO PEDRO BARATA – A8 TROÇO RAMALHAL/TORRES VEDRAS**

#### **NORTE:**-----

-----O *cidadão* disse que veio ao plenário para assinalar o segundo aniversário da aprovação unânime nesta Assembleia, de uma recomendação sobre a reclassificação do troço da A8 entre os nós, Torres Vedras, norte e Ramalhal, como sendo troço de tráfego local, estendendo assim até este último ponto, as condições de utilização que vigoram já entre Torres Vedras, Sul e Torres Vedras Norte, incluindo a subjacente isenção de taxa de portagem, cujo objetivo continua por cumprir e na verdade, pouco ou nada mudou e o que mudou foi para pior. Continua a não ser dada resposta às necessidades dos torrienses que então foram identificadas e por todos, unanimemente subscritas.

-----De seguida apresentou algumas notas breves e factuais sobre o que considera oportunidades perdidas ao longo deste tempo e que refletem a falta de capacidade de intervenção, ou de vontade ou de proatividade dos poderes públicos torrienses na defesa desta causa.-----

-----Reportou que a primeira oportunidade perdida ocorreu quando ainda em 2022 e na sequência do elevado valor do aumento de portagens previsto para 2023, quando o governo interveio junto das concessionárias, derogando a cláusula de aumentos automáticos, alterando por decreto-lei a norma contratualmente estabelecida o que significou uma renegociação contratual com as concessionárias com inerente injeção de 140 milhões de euros do erário público para o reequilíbrio da exploração, ficando assim demonstrado que aquele que seria talvez o obstáculo mais difícil era, na verdade, bastante simples de ultrapassar, tendo sido alcançado neste caso em poucas semanas, um acordo sobre a alteração contratual.-----

-----Não só se perdeu aqui uma oportunidade de incluir este troço da A8 na renegociação, como ficou demonstrado que não podia ser a perda de receita a inviabilizar a pretensão, tal a insignificância do valor, quando comparado com o valor global do acordo então alcançado com as concessionárias.

-----Por essa altura, passados que estavam 4 ou 5 meses, a câmara municipal mantinha-se a aguardar resposta por parte do Ministério de Infraestruturas, a um pedido de reunião.-----

-----Reportou ainda que a norma-travão então imposta pelo Governo que visou limitar o aumento das portagens a 4,9% de 2022 para 2023, ficou esquecida no troço da A8 em questão, onde a taxa de portagem aumentou nessa altura 6,7% quase 2 pontos percentuais acima do anunciado.-----

-----De seguida deu nota de uma nova oportunidade perdida já no decorrer do ano 2023, quando o

Governo se propôs proceder a nova alteração de contexto e relacionamento com as concessionárias, desta vez para reduzir as portagens nas ex-SCUT e que havendo vontade política e percepção do interesse público da medida proposta na petição, a discussão com a concessionária sobre este troço da A8 seria apenas uma gota no oceano que representou toda a recomposição do cenário contratual e financeiro com os concessionários. -----

---- Assinalou que a edil teve amabilidade de em maio de 2023 convocar uma pequena delegação dos peticionários para informar sobre o ponto de situação, altura em que ficaram a saber que já tinha havido uma reunião com a tutela, informação adicional havia sido enviada, o ministério estava sensibilizado para a questão e que se aguardava resposta superior. Referiu também que naquela ocasião, chamaram a atenção para a oportunidade que se poderia abrir e que não deveria ser desperdiçada caso viesse a ser reaberto do dossier das ex-SCUT, como já então vinha sendo referido em algumas declarações políticas. -----

---- Continuou acentuando os seus lamentos, pois a oportunidade surgiu, mas não foi aproveitada, e desde essa data, nada de novo lhes foi adiantado, pelo que andam de oportunidade perdida em oportunidade perdida, situação tão mais inexplicável quando logo em Fevereiro de 2022 existia um cenário de estabilidade e alinhamento político dos diferentes atores que permitiria acelerar a resolução desta questão, o que não aconteceu, e infelizmente, estão hoje pior do que há 2 anos e diz pior, porque, a sensibilidade que foi referido que o Governo de então teria demonstrado para este problema resultou, não na abolição da taxa de portagem unanimemente definida pela Assembleia Municipal mas num inexplicável aumento de 25% da taxa de portagem no troço Ramalhal/Torres Vedras Norte. -----

---- Frisou que fruto de passividade e complacência, o troço da A8 entre Ramalhal/Torres Vedras Norte tornou-se, desde 1 de janeiro deste ano, no troço mais caro por quilómetro de toda a A8. É este o resultado desastroso para Torres Vedras e para os torrienses da “sensibilidade” demonstrada.

---- Concluiu dizendo que os problemas de mobilidade na cidade continuam a agravar-se e continuam sem vontade ou capacidade para lançar mão de soluções já existentes, como a que trouxe ao plenário, continuando a apontar-se para o infinito temporal no que concerne a mitigação dos problemas de acesso norte à cidade e ao seu atravessamento a nascente. -----

---- A **presidente da Câmara** informou que a situação se mantém com intervenção junto deste novo Governo, já tendo solicitado uma reunião. Também já enviaram ao novo ministro tudo aquilo que já tinha sido trabalhado anteriormente no sentido de serem informados dos valores que estão em causa para que pudessem negociar, na tentativa de serem bem-sucedidos. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- **Período antes da ordem do dia:** -----

**CORRESPONDÊNCIA:** -----

**RENÚNCIA AO MANDATO – ANTÓNIO AUGUSTO FERREIRA DOS ANJOS:**-----

**DOCUMENTO 1:** -----

-----E-mail de António Augusto Ferreira dos Anjos, de 26/06/2024, a informar que por motivos de ordem pessoal, não lhe é possível continuar a exercer o mandato de deputado municipal pelo que solicita a renúncia ao mandato que exerceu com muita honra sob a presidência de José Correia, agradecendo e desejando a todos os deputados os maiores sucessos políticos e pessoais.-----

-----O **presidente da Mesa**, informou que a da vaga seria preenchida seguindo os preceitos legais determinados no art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18/09 na sua atual redação. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**-----

**DOCUMENTO 2:** -----

-----E-mail de Marco António Figueiredo Branco, de 26/06/2024, a justificar a sua ausência à sessão, por motivos de saúde.-----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 3:** -----

-----E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos de 20/06/2024 que na qualidade de líder da bancada do UTV vem comunicar a impossibilidade da comparência à sessão do deputado municipal Ilídio Paulo Antunes Santos, e que a sua substituição se opera nos termos estabelecidos no art.º 9 do regimento da Assembleia municipal e será assegurada por Margarida Maria Gomes Veloso Jesus, que se encontrava presente.-----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO N.º 1 DA ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 4:** -----

-----E-mail do Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto, de 25/06/2024 a informar que não poderá estar presente nesta sessão sendo substituído pelo secretário da junta, Miguel Pinheiro da Silva. -----

-----O **primeiro secretário** deu ainda nota que, se encontravam presentes, por indicação dos líderes das respetivas bancadas, Pedro Manuel Batista Campos, em substituição do representante do PCP Francisco Corvelo, João Paulo Reis do PSD, em substituição de António João Bastos e Jorge Dias em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

**VERÃO 2024 E FEIRA DE SÃO PEDRO:**-----

-----No âmbito do assunto em tema o *deputado municipal Artur Narciso* disse que iria partilhar alguns destaques, referindo-se concretamente à cerimónia de abertura da época balnear deste ano que ocorreu a 15 de junho na Praia Formosa, em Santa Cruz, salientando que o concelho tem neste

momento, 11 praias com bandeira azul, 9 praias acessíveis e 12 praias distinguidas com galardão qualidade de ouro, pela Quercus. Este reconhecimento atesta, não só a qualidade da água, mas também o compromisso de Torres Vedras com o turismo sustentável, fazendo do litoral um território Quality Coast, trabalho só possível estabelecendo parcerias entre várias entidades, algo que já reforçou noutras questões sobre o ambiente, promoção da sustentabilidade e segurança das praias.

-----A este propósito destacou o projeto Praia Segura ativo desde 2009 que proporciona assistência e socorro com veículo especialmente equipado para a intervenção em meio aquático, e que conta com o apoio de vários restaurantes locais, concessionários de praia e empresas a quem felicitou e agradeceu por esta vontade de participar. -----

-----Salientou igualmente que este ano, pela primeira vez, será implementado o plano integrado de assistência a banhistas que coordena o trabalho dos nadadores-salvadores entre as praias de Santa Helena e Pisão, que incluiu uma moto 4 equipada e operada por um nadador salvador. -----

-----Em termos de segurança, destacou que contam também com a vigilância aérea da Associação Paravoo, com um sistema de comunicação de emergência SOS Talking, disponível na Praia Azul, Amoeiras e Vigia e para além disso foram instalados 8 postes auxiliares com equipamentos de salvamento em praias não vigiadas, mas com grande afluência, que são cada vez mais visitadas, inclusivamente por pessoas fora do concelho. -----

-----Deu nota que o horário dos serviços de praia foi alargado, funcionando das 9.30h às 19:30h para melhor atender as necessidades no território e a praia das Amoeiras continuará a ser uma praia amiga para os cães, com regras de utilização identificadas no local. -----

-----Anotou também que durante a época balnear, a Câmara Municipal irá promover uma campanha de sensibilização nas redes sociais sobre a segurança e comportamentos ambientais adequados nas praias, algo cada vez mais importante. -----

-----Prosseguiu fazendo notar que a realidade da época balnear não se esgota na praia, aproveitando para questionar a edil onde é que foram buscar a areia, já que, por causa do Inverno houve momentos em deixou de haver areia. -----

-----Concluiu dando nota que a época balnear, conta também com um conjunto de atividades culturais, lúdicas e desportivas que, como habitualmente, animam todo o verão, já tendo decorrido com bastante participação o Carnaval de Verão, que levou centenas às ruas de Santa Cruz e vão ter o Ocean Spirit no mês de julho. -----

-----Por último e porque há quem diga que não há nada no Verão em Torres Vedras, lembrou que está à porta mais uma edição da Feira de São Pedro, esperando que a presidente da Câmara, tenha novidades para lhes dar. -----

-----Relativamente ao início da época balnear, a **presidente da Câmara** assentiu que as condições atmosféricas que não foram as melhores, mas o trabalho fundamental ao nível da segurança está



assegurado, recorrendo ao plano integrado para o socorro nas praias, referido pelo deputado, e que só foi possível porque houve coordenação entre todos os concessionários. A este propósito salientou a bolsa dos nadadores-salvadores aprovada pelo executivo, para permitir que possam fazer o seu curso e manter-se no concelho durante o verão, uma questão que é muito sensível em termos de quantidade, pelo que a autarquia tem feito muito esforço nesse sentido e espera que o verão decorra da melhor forma.-----

----- Também deu algum realce ao problema grave que este ano tiveram com a areia, mas crê que, apesar de tudo, os trabalhos de terraplanagem feitos pela empresa que teve a seu cargo melhorar os espaços para que os concessionários pudessem colocar as barracas, e para que as pessoas possam usufruir da praia, foi o melhor possível, e foi feito com muita atenção, procurando por um lado, não criar problemas com alterações nas correntes, nas zonas junto ao mar, na maré propriamente dita, mas, por outro lado, permitir um alisamento e uma quantidade de areia espalhada pelas praias, ou seja, acha que foi um trabalho feito de uma forma muito parcimoniosa e atenta. ----

----- No tocante às atividades de Verão deixou o reparo que são muitas e estão elencadas no *site* da Câmara, as que são ao longo de todo o verão nas zonas balneares e particularmente em Santa Cruz, e destas destacou o Ocean Spirit que ocorrerá entre 19 e 28 de julho próximo, que conta com uma prova fundamental a “Euro surf júnior”, e todas as outras que são habituais naquele espaço e na aldeia Neptuno. -----

----- Ainda em Santa Cruz realçou o “Static”, e “Encontro de aquarelas” que já vai na 13.ª edição, e que fazem parte de um leque muito diversificado de eventos que atinge todos os públicos, fruto de um esforço muito significativo, quer da parte da Câmara Municipal, quer das associações e entidades que colaboram para estas atividades poderem ser realizadas durante o Verão. -----

----- Sobre a Feira de São Pedro informou que a inauguração será no dia seguinte com a presença do Secretário de Estado do Turismo e deu nota que no Pavilhão Expo têm 49 expositores e no Pavilhão Multiusos 58, 55 expositores na área descoberta, 109 feirantes tradicionais, artesanato, divertimentos e 32 espaços de comida e bebida, ou seja, mais expositores, feirantes tradicionais e divertimentos, relativamente ao ano transato, crendo que será um certame de grande qualidade.---

----- Realçou ainda o facto de haver uma série de colóquios e workshops no auditório “Caixa de Crédito Agrícola”, o maior patrocinador da feira, que versam a atividade agrícola, a vinha, e a promoção da floresta e financiamentos para a atividade agrícola. -----

----- Deu nota ainda que se realizará no dia 28 na sexta-feira às 21:30, a conferência “Torres Vedras, os próximos 50 anos” no auditório da Feira de São Pedro e que nesta conferência diversos jovens irão dar o seu testemunho, sobre o que pensam que Portugal poderá ser e aquilo gostariam que fosse nos próximos 50 anos, em sintonia com a exposição que estará na entrada da feira referente aos 50 anos após 25 de abril, sobretudo no que diz respeito ao poder local, particularmente no

concelho. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DA PONTE DO ROL:**-----

----O **autarca Pedro Vaza** iniciou a sua intervenção assinalando que soube pelos encarregados de educação de alunos da Ponte do Rol, que a escola foi assaltada, mas a junta não teve informação de ninguém.-----

----Depois disse se deslocou a um local onde se realizaram marchas, como normalmente faz e viu lá as marchas de Lagos, mas a Ponte do Rol nunca teve essa oportunidade.-----

----Reportou também uma situação que envolve o clube mais representativo do concelho, que teve uma atitude lamentável perante um clube de uma aldeia, ao querer cobrar pela dispensa de jogadores, ao abrigo de um mecanismo de defesa criado pela a Associação de Futebol de Lisboa que estabelece uma compensação a pagar ao outro clube, e que foi criado para que os clubes “grandes” não captassem sem dar qualquer tipo de compensação, mas não foi o caso porque foram dispensados. Sabe que a Câmara Municipal não tem nada a ver este assunto, mas no seu entender devia ser do conhecimento de todos.-----

----Aludiu ao Orçamento Participativo 2024 para fazer notar que participou na sessão participativa para a recolha de propostas para a tipologia de "Projeto Supra Freguesia", lamentando que os moldes que foram criados este ano sejam limitativos no que se refere ao número de proposta que são colocadas à votação. Sabe que são as regras, mas não concorda que nem todas as ideias que qualquer munícipe possa colocar seja levada a votação, dando como exemplo o facto de serem 41 pessoas naquela sessão, mas para 100 mil euros só passaram 3 propostas e dessas só duas foram aprovadas. -----

----Acha que este sistema não é o ideal para concelho, porque faz com que 40 pessoas limitem 80 mil e não é o caminho certo.-----

----Relativamente à Feira de S. Pedro soube pelo jornal que houve uma situação que não correu muito bem, ou não foi bem esclarecida em relação à Associação de Moradores Cultura e Recreio de Fonte Grada, que foi desclassificada de entrar nas Tasquinhas, e não colocando em causa as razões, colocou em causa o *timing* pois reuniram com a devida antecedência com a Promotorres onde podiam ter informado a associação, ao invés de o terem feito 15 dias do início da feira.-----

----Não está a defender a associação, mas lembrou que há cerca de 30 anos atrás, as únicas duas tasquinhas que existiam na feira eram da Ponte do Rol e da Fonte de Grada.-----

----Concluiu expressando parabéns à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães pelo bom trabalho que fizeram para celebrar o dia da freguesia e pela boa iniciativa que tiveram.-----

----A **presidente da Câmara** no que concerne às marchas informou que não é da responsabilidade da autarquia, e são questões tratadas entre as associações que participam, mas tomou nota que a

Ponte do Rol tem interesse em participar em intercâmbios que venham a existir. -----

-----Relativamente às questões do futebol e aos clubes maiores e mais pequenos, percebe o autarca, e acha que deve haver um maior cuidado das partes envolvidas.-----

-----A este propósito lembrou no dia anterior celebraram os contratos-programa para o apoio aos clubes que totalizaram € 470.000,00, valor que muito os orgulha, e que traduz um crescimento em termos de candidaturas e em termos de atletas muito significativo, mas sabe que houve situações menos agradáveis em termos éticos, particularmente ligados ao futebol nos campeonatos municipais, com o qual não querem compactuar, pois o investimento que se faz em cada um dos clubes locais é para que possam ter a sua atividade. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**REQUERIMENTO - INTERPELAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Jorge Santos* para, nos termos do art.º 49 do Regimento da Assembleia, apresentar um requerimento, que entregou à mesa, dizendo que reveste também a forma de interpeção e pedido de esclarecimento, face uma moção escrita que foi apresentada pelo presidente da Assembleia a propósito do novo Hospital do Oeste, moção essa que, atento o teor, a oportunidade, a defesa veemente e as considerações proferidas fizeram com que os eleitos pelo Movimento Unidos por Torres Vedras ficassem de alguma forma apreensivos e nessa medida, gostariam de ver esclarecidas todas as questões que apresentam no requerimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**AVENIDA POENTE – VIADUTO PEDONAL:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que há mais de 3 anos que alertou pela primeira vez sobre as graves deficiências do viaduto pedonal sobre a via poente, trazendo o assunto várias vezes à discussão e durante estes 3 anos a edil mostrou a incapacidade, ou a indisponibilidade da Câmara Municipal em promover qualquer obra de manutenção ou de recuperação da ponte em si e também do passadiço adjacente à mesma, achando que não representava qualquer perigo para os seus utilizadores. -----

-----Lamentou que seja agora, com a feira de São Pedro à porta, que tenha optado por retirar esta ponte pedonal, criando um vazio sobre a Avenida Poente, e fazendo com que muitas pessoas que estacionavam na Urbanização da Infesta e vinham pelo viaduto até ao recinto da feira, agora não o possam fazer. Sabe que há outras alternativas, mas não deixa de ser uma altura estranha e até de certa maneira incómoda para os munícipes. -----

-----Perante o exposto e visto que não se conseguiu recuperar a velha ponte questionou quanto é que vai custar ao Município de Torres Vedras a aquisição e a instalação deste novo equipamento.

-----A *presidente da Câmara* esclareceu que a obra teve que ser nesta altura, termina em agosto e o valor é € 229.000,00, tendo optado pela substituição porque se tivessem optado pela

recuperação, o valor seria bastante elevado e com menos longevidade -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OUTDOOR DO UTV - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA:**-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* anunciou que a sua intervenção ia no sentido de procurar esclarecer, relativamente a uns cartazes que o UTV apresentou sobre os fundos do PRR que foram até agora aprovados pela autarquia de Torres Vedras.-----

-----Nesse propósito esclareceu que por comparação colocaram Mafra, município vizinho e da região, e Rio Maior, município do interior, mas muito menor que Torres Vedras porque constataram na altura e agora, no site de portal da transparência do Governo, que Mafra tem 62,14 milhões de euros de projetos aprovados, que corresponde a 26 projetos aprovados, Rio Maior tem 15,13 milhões de projetos aprovados, no âmbito de 4 aprovações e Torres Vedras têm 10 aprovações que resultou em 9,94 milhões de euros.-----

-----Para facilidade de comunicação arredondaram estes valores, por prejuízo para Mafra para 62 milhões e para Rio Maior para 15 milhões, e por defeito favorável Torres Vedras para 10 Milhões. -

-----Deu nota que receberam da parte do executivo da câmara uma correção em relação a esse valor que anunciaram, e que na própria reunião de câmara lhes foi explicado. Assim iriam aproveitar esta sessão da assembleia para fazer a retificação dos valores com projetos aprovados do PRR que na Câmara de Torres Vedras são 17 milhões de euros, ou seja, mais 7 milhões de euros do que, de facto, foram anunciados nos cartazes.-----

-----Deu nota ainda que nesta sequência terão também de corrigir os números dos outros municípios, e se não tiveram oportunidade de contactar Rio Maior, de Mafra foram informados que os valores desta autarquia estão completamente errados, porque neste momento já não são 62 milhões mas 100 milhões, ou seja, são mais 38 milhões, face ao que consta no Portal da Transparência, quando Torres Vedras tem mais 7 milhões, ou seja o que o UTV publicou continua a ser uma realidade e o que está em causa não são os números em si mas a dimensão dos números, e quanto a isso o cartaz continua muito válido, independentemente dos valores que lá apresenta.--

-----Se hoje nesta Assembleia já foi falado por diversas vezes do termo “oportunidade perdida” foi assim que apelidaram os cartazes do PRR por esta mesma razão, porque é uma oportunidade que existe num espaço de tempo muito curto que perderam e estão a perder.-----

-----Lembrou que Portugal beneficiou deste pacote do PRR de 22,2 biliões de euros e a 31 de dezembro já estavam executados 7,8 biliões de euros, que a dividir por 308 municípios, Torres Vedras a 31 de dezembro passado, já devia ter 25,8 milhões de euros aprovados e não têm, tinham 10 milhões pelo Portal da Transparência, mas terão 17 milhões e continuarão atrás daquilo que era possível terem neste momento.-----

-----Reforçou que os domínios de intervenção do PRR resumem-se a 6 pilares que são simples, e

são muito objetivos: transição verde, transição digital, crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, coesão social e territorial, saúde, resiliência económica, social e institucional, políticas para a próxima geração, crianças, jovens. Torres Vedras tem aprovado, habitação e 4 unidades de saúde, Ramalhal, São Pedro da Cadeira, Runa e A-dos-Cunhados, e ficou por fazer a linha de Torres, o interface digital com os cidadãos numa lógica de *Smart City*, não se aproveitou o saneamento nestes fundos, não se aproveitou a floresta e o que podia ser feito no Ramalhal e em Campelos, não se aproveitou nada em termos de água, não se aproveitou para tratar da terceira idade e da mobilidade reduzida, das acessibilidade e dos migrantes que têm no concelho e que precisam de atenção. ----

---- Também especificou que não se aproveitou para questionar as juntas sobre vários temas, que podiam ser do seu interesse, não se aproveitou para falar e tratar do comércio no centro histórico, da reabilitação do Castelo, do novo canil municipal, do problema da orla costeira e da sustentabilidade das arribas, da reabilitação dos rios assim como do Parque Industrial de Campelos, que como referido na última sessão temática da Assembleia Municipal pelo ex- presidente de Câmara Carlos Miguel, está parado, esquecido, enquanto outros municípios, andam 3 passos à frente de Torres Vedras na captação de investimento. -----

---- Relativamente a esta intervenção a **presidente da Câmara** fez notar que o deputado Rui Estrela, também acabou por dizer tudo, ou seja, nos seus cartazes acaba por não estar nada certo, os valores de Torres Vedras não estão e os de Mafra também não. Reforçou que o Portal da Transparência não é atualizado com frequência, e, aqueles valores efetivamente não são valores corretos. -----

---- Relativamente ao dizer que Torres Vedras está parada e ao aproveitamento dos fundos, esclareceu que, no que concerne ao Plano Operacional Regional do último quadro comunitário, Torres Vedras foi o segundo município, em 100 da região centro, com mais projetos aprovados e que melhor executou aquilo a que se candidatou, ou seja, há trabalho feito e já há muitos projetos consignados, para o programa operacional 20/30, nos eixos correspondentes. -----

---- Reforçou que é fácil dizer que “podiam fazer isto, ou aquilo”, mas muitas candidaturas nem sequer valem a pena se aferirem os requisitos necessários para fazer as candidaturas e o valor envolvido dando como exemplo a mobilidade, que permitia um valor de apenas € 6.000,00 para fazer rampas para espaços para espaços públicos. -----

---- Por último e quanto à alusão aos parques industriais pediu ao deputado para falar com o doutor Carlos Miguel, porque foi dele que ouviu a informação, que o município não aproveita o PRR para os parques industriais. -----

---- A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

**MOBILIDADE SUAVE:** -----

---- A *deputada municipal* **Marta Geraledes**, disse que as suas questões se prendem com a

mobilidade suave, para perceber se a Câmara Municipal já fez uma avaliação e um ponto de situação à utilização de trotinetes na cidade, se as mesmas vão continuar, se vão avançar para um contrato e como é que está a decorrer este período experimental que tinha sido alargado. -----

----Relativamente às Agostinhas, em que a Promotorres fez um questionário, no qual teve todo o gosto de participar sobre o futuro da utilização das mesmas, gostaria de perceber se algum diagnóstico já foi feito e se está alguma coisa planeada para futuro.-----

----Quanto às trotinetes a **presidente da Câmara** informou que estão a ser avaliadas as soluções de financiamento para dar a conhecer ao executivo, acrescentando que as trotinetes tiveram desde setembro de 2023 até maio deste ano, mais de 40.000 viagens, correspondente a 55.000 quilómetros percorridos, o que é efetivamente significativo e que leva a esta avaliação. -----

----No caso das Agostinhas estão a ser fechados os dados para que se proponham as soluções ao Executivo. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA:**-----

----Reportando-se à intervenção da cidadã Kathy Baptista a *deputada municipal Margarida Veloso* deixou a nota que na última reunião do Executivo Municipal que se realizou em Almagra, constava da agenda a pedido do UTV e foi submetida à votação, a proposta número 10, já apresentada em 2022, para a criação de um grupo de trabalho municipal com vista a considerar e propor a implementação de medidas sistemáticas, contínuas e eficazes de curto, médio e longo prazos para a melhoria de acessos e mobilidade para pessoas portadoras de deficiência e para cidadãos com mobilidade reduzida, lamentando que aquilo que poderia estar a ser realizado neste momento e posto em prática, tenha sido chumbado pelo executivo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----**Teve início o período da ordem do dia:**-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 3 de 29 de abril de 2024 tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade o texto da ata apresentada.-----

**1 - PROPOSTA N.º 15/CM/2024 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2023:**-----

----Presente ofício número 2892, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2024, a remeter os documentos em título referentes ao grupo autárquico municipal, tal como definido no art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, conjugada com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/09 (NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas), para efeitos de apreciação e votação, de acordo com o deliberado por maioria pelo executivo, em sua reunião de 18/06/2024. -----

----A **presidente da Câmara** disse que estão perante uma obrigatoriedade legal, para que haja

este passo de consolidação de contas para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, que neste caso inclui as contas da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Promotorres. No que se refere à Promotorres o método utilizado foi de consolidação integral, e no caso dos serviços municipalizados de simples agregação, decorrente da legislação e das questões de natureza técnica inerentes ao assunto. -----

----Pedi para usar da palavra a deputada municipal **Marta Geraldês** assentindo que as contas em análise já passaram pelo plenário e de facto trata-se apenas de um cumprimento legal, mas como na sua observação dos documentos passou pela reserva legal de contas, lembrou que a edil não respondeu da última vez que falaram das contas do município, voltando a questionar se o município tem um prazo planeado para retirar esta reserva das suas contas.-----

----Sobre a matéria a **presidente da Câmara** informou que não podem garantir que nas próximas contas isso possa acontecer, porque em termos de avaliação patrimonial, ainda há um imenso trabalho a fazer que está muito atrasado. -----

----Estando o plenário devidamente esclarecido e antes de colocar o assunto à votação o **presidente da Assembleia** acrescentou uma questão técnica que é o problema do critério de avaliação, que adiciona situações muito complicadas no que concerne à decisão, tendo em conta o que legalmente está estipulado. -----

----Tendo presente a sua competência prevista na alínea i) no n.º 2, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e os n.ºs 2 e 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, ambas na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria de 26 votos a favor e 12 abstenções, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2023. -----

----Anota-se que se abstiveram os deputados Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Margarida Jesus, Humberto Gomes, Andreia Caldas, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes e Pedro Campos. -----

## **2 - PROPOSTA N.º 16/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:** -----

----Presente ofício número 2898, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2024, a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por maioria, em sua reunião de 19/06/2024. -----

----Introduzindo o assunto a **presidente da Câmara** explicou que se trata apenas de corrigir lapsos que ocorreram aquando da terceira revisão aprovada pelo plenário em maio, na qual algumas rubricas não foram criadas nem dotadas. -----

----O *deputado municipal Rui Estrela* interveio no sentido de dar nota que o UTV vai votar favoravelmente, até porque se trata de uma correção dum lapso, como foi mencionado pela edil,

mas ainda assim, não considerando esta quarta revisão, realçou que em 6 meses já seria a terceira revisão, o que denota algum planeamento que lhes parece estar frágil. -----

---- Não se verificando mais intervenções passou-se de imediato à votação: -----

---- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 33 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

---- Anota-se que se abstiveram os deputados municipais Luis Carlos Lopes, Marta Geraldes, Ana Fiéis, João Paulo Reis e José Damas Antunes. -----

### **3 - PROPOSTA N.º 17/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA 2024:** -----

---- Presente ofício número 2897, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2025, a remeter a proposta de alteração em título, de acordo com o deliberado por maioria pelo executivo, em sua reunião de 18/06/2024.-----

---- A **presidente da Câmara** deu nota que esta alteração decorreu da identificação da necessidade de uma adaptação e reestruturação organizativa, tendo em atenção as necessidades que têm hoje, por um lado, no sentido de alterar procedimentos internos para garantir a melhor prestação do serviço público essencial, mas também saídas em mobilidade e aposentação de trabalhadores, postos de trabalho não ocupados e ainda as exigências relativamente à construção do regulamento de qualidade do serviço prestado ao utilizador final nos setores da água e resíduos que foi imposto pela ERSAR. Desta forma a proposta em discussão refere-se à extinção de 5 postos de trabalho e a abertura de 8 novos postos de trabalho, ou seja, o saldo será de mais 3, mas com características diferentes do que estava proposto nos 5 anteriores. -----

---- O *deputado municipal Rui Estrela* disse que o UTV questiona quanto à necessidade da contratação de 2 técnicos de marketing para os Serviços Municipalizados. -----

---- Reforçou que os vereadores do UTV com assento no Executivo Municipal também interpelaram sobre esta questão a presidente na última reunião de câmara, mas não foram suficientemente esclarecidos, tendo votado contra, sentido de voto que o grupo municipal do UTV desta Assembleia Municipal irá adotar pelas mesmas razões. Será um voto diferente daquilo que fizeram com a aprovação das contas, pese embora o peso do pessoal também seja um fator crítico de alerta, mas no caso vertente, não estão confortáveis com esta necessidade de dois técnicos de marketing.-----

---- Não se registaram mais intervenções passando-se à votação: -----

---- Tendo presente a sua competência prevista na alínea o), do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria de 25 votos a favor,



6 votos contra e 7 abstenções, aprovar a proposta da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2024. -----

----- Anota-se que votaram contra Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Margarida Jesus, Humberto Gomes, Andreia Caldas e abstiveram-se Luis Carlos Lopes, Marta Geraldés, Ana Fiéis, João Paulo Reis, Pedro Vaza e José Damas Antunes e Carlos Filipe. -----

**4 - PROPOSTA N.º 18/CM/2024 - DESIGNAÇÃO DE JÚRIS PARA PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES:**-----

----- Presente ofício número 2893, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2024, a informar a câmara em sua reunião de 18/06/2024, deliberou propor a composição do júri conforme informação n.º 721/2024, de 13/06/2024 da chefe de divisão de recursos humanos que faz parte integrante do processo, tendo presente que a Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação dispõe, no n.º 1, do art.º 13.º, que o júri dos procedimentos de recrutamento para os cargos dirigentes é designado por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um Presidente e dois Vogais. O Presidente é designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. -----

----- A **presidente da Câmara** anunciou que a proposta em discussão surge na sequência da nova orgânica e da necessidade de preencher os cargos dirigentes, tendo em atenção as diversas unidades e divisões que foram propostas. -----

----- Não se registaram intervenções, tendo o presidente da Mesa submetido a listagem à votação:

----- Nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15/01 no n.º 1, do art.º 13.º, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar para os procedimentos de recrutamento para os cargos dirigentes abaixo indicados a seguinte constituição de júri:-----

----- Cargos de direção intermédia de 1.º grau -----

----- Departamento de Mobilidade, Infraestruturas e Obras Municipais:-----

----- Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

----- Vogais Efetivos: Paulo Jorge Lopes Simões, Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, e, Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; Vogais Suplentes: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística----- .

----- Cargos de direção intermédia de 2.º grau -----

----- Divisão de Proteção Civil, Florestas, Bem-Estar Animal e Segurança Alimentar -----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

Vogais Efetivos: Ana Margarida Tamissa de Castro Martins Castelino, Diretora do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa, e, Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; Vogais Suplentes: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição. -----

-----Divisão Jurídica e Fiscalização-----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

-----Divisão de Comunicação, Marca e Turismo-----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, e, Catarina Venâncio Geraldes Sobreiro, Chefe da Divisão de Cultura e Património Cultural; Vogais Suplentes: Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

-----Divisão de Ambiente e Sustentabilidade -----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: Marta Cristina Bernardes de Oliveira Alves Rodrigues, Chefe da Divisão de Proteção Civil, Florestas, Bem-Estar Animal e Segurança Alimentar em regime de substituição, e, Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

-----Divisão de Mobilidade e Segurança Rodoviária-----

-----Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição, e, Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

-----Cargos de direção intermédia de 3.º grau -----

-----Unidade do Gabinete Técnico-Florestal-----

-----Presidente: Marta Cristina Bernardes de Oliveira Alves Rodrigues, Chefe da Divisão de Proteção Civil, Florestas, Bem-Estar Animal e Segurança Alimentar em regime de substituição. -----

-----Vogais Efetivos: Margarida Isabel Frade Reis Neves, Técnica Superior dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, e, Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais; Vogais Suplentes: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição.-----

-----Unidade de Sistemas de Informação e Inovação -----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, e, Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa; Vogais Suplentes: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

-----Unidade de Saúde e Segurança no Trabalho-----

-----Presidente: Joana Cecílio Barradas, Chefe da Divisão de Recursos Humanos. -----

-----Vogais Efetivos: Maria Regina Nifrário de Pinho Tavares, Chefe da Divisão Administrativa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, e, Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística. -----

-----Unidade de Desenvolvimento, Recrutamento e Avaliação -----

-----Presidente: Joana Cecílio Barradas, Chefe da Divisão de Recursos Humanos. -----

-----Vogais Efetivos: Maria Regina Nifrário de Pinho Tavares, Chefe da Divisão Administrativa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, e, Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística. -----

-----Unidade de Planeamento e Informação Territorial-----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território----- .

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira. -----

-----Unidade de Habitação e Regeneração Urbana -----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

-----Unidade de Estudos e Projetos-----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais, e, Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição.

-----Unidade de Processos de Edificação-----

-----Presidente: Jorge Augusto Reis Martins, Diretor do Departamento de Gestão do Território. -----

-----Vogais Efetivos: César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, e, Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial; Vogais Suplentes: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais, e, Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição.

-----Unidade de Intervenção Ambiental e Ecológica-----

-----Unidade de Sustentabilidade e Ação Climática -----

-----Presidente: Marta Cristina Bernardes de Oliveira Alves Rodrigues, Chefe da Divisão de Proteção Civil, Florestas, Bem-Estar Animal e Segurança Alimentar em regime de substituição. -----

-----Vogais Efetivos: Fabíola Dulce Loureiro Correia, Chefe da Divisão de Resíduos Urbanos, e, Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira.-----

-----Unidade de Espaços Verdes-----

-----Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, Patrícia Fernandes Viegas Nascimento, Responsável da Unidade de Processos de Edificação, em regime de substituição; Vogais Suplentes: Fabíola Dulce Loureiro Correia, Chefe da Divisão de Resíduos Urbanos, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira. -----

-----Unidade de Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária -----

-----Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

-----Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão

Urbanística; Vogais Suplentes: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição, e, Patrícia Fernandes Viegas Nascimento, Responsável da Unidade de Processos de Edificação, em regime de substituição. -----

----- Unidade de Infraestruturas e Vias Municipais -----

----- Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

----- Vogais Efetivos: Carlos Fernando Costa Figueiredo, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, e, Afonso Luís Clímaco Umbelino, Chefe da Divisão de Construção, Manutenção e Infraestruturas nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; Vogais Suplentes: Patrícia Fernandes Viegas Nascimento, Responsável da Unidade de Processos de Edificação, em regime de substituição, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística. -----

----- Unidade de Gestão de Frota -----

----- Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

----- Vogais Efetivos: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição, e, Sandra Oliveira Pedro, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; Vogais Suplentes: Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira. -----

----- Unidade de Equipamentos Municipais e Unidade de Gestão e Eficiência Energética -----

----- Presidente: Carla Alexandra Fernandes Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais. -----

----- Vogais Efetivos: Manuel Francisco Cadavez Aires, Técnico Superior, e, César Fernando Agostinho Ribeiro Deus, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística; Vogais Suplentes: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

----- Unidade de Atividade Física -----

----- Presidente: Rodrigo Antolin Cunha Ramalho, Diretor do Departamento de Educação e Atividade Física. -----

----- Vogais Efetivos: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição, e, Sílvia Maria Clemente da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social; Vogais Suplentes: Catarina Isabel Lopes Avelino Anselmo da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa, e, Pedro André Henriques Fortunato, Chefe da Divisão de Comunicação, Marca e Turismo, em regime de substituição. -----

----- Unidade de Intervenção Educativa e Unidade de Alimentação e Saúde Escolar -----

----- Presidente: Rodrigo Antolin Cunha Ramalho, Diretor do Departamento de Educação e Atividade Física. -----

----- Vogais Efetivos: Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de

substituição, e, Sílvia Maria Clemente da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social; Vogais Suplentes: Catarina Venâncio Geraldês Sobreiro, Chefe da Divisão de Cultura e Património Cultural, e, Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública. -----

----- Unidade de Bibliotecas, Unidade de Galerias e Artes Visuais, Unidade de Museus e Património Cultural e Unidade de Teatro e Artes Performativas. -----

----- Presidente: Catarina Venâncio Geraldês Sobreiro, Chefe da Divisão de Cultura e Património Cultural. -----

----- Vogais Efetivos: Sílvia Maria Clemente da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, e, Rui Jorge Nunes Brás, Técnico Superior; Vogais Suplentes: Pedro André Henriques Fortunato, Chefe da Divisão de Comunicação, Marca e Turismo, em regime de substituição, e, Maria Inês Oliveira Lopes Pina, Chefe da Divisão Jurídica e Fiscalização, em regime de substituição. -----

----- Unidade de Governação Integrada e Inclusão Social, Unidade de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar, Unidade de Intervenção Social e Unidade de Qualidade de Vida no Envelhecimento.

----- Presidente: Sílvia Maria Clemente da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social. -----

----- Vogais Efetivos: Catarina Venâncio Geraldês Sobreiro, Chefe da Divisão de Cultura e Património Cultural, e, Teresa Elisa Vieira Gomes Santos Patrocínio, Responsável da Unidade de Desenvolvimento, Recrutamento e Avaliação, em regime de substituição; Vogais Suplentes: Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira. -----

----- Unidade de Qualidade de Vida na Juventude -----

----- Presidente: Sílvia Maria Clemente da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social. -----

----- Vogais Efetivos: Catarina Venâncio Geraldês Sobreiro, Chefe da Divisão de Cultura e Património Cultural, e, Miguel João Santos Neto, Chefe da Divisão de Educação em regime de substituição; Vogais Suplentes: Maria de Jesus Filipe Guerra, Chefe da Divisão de Contratação Pública, e, Ana Sofia Gomes Marques, Chefe da Divisão Financeira. -----

**5 - PROPOSTA N.º 19/CM/2024 - DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL E ACEITAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO EM SEDE IMI REQUERIDA PELA EMPRESA METAL CARVALHO CONRADO, LDA.**-----

----- Presente ofício número 2894, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2024, a remeter de conformidade com o deliberado, em sua reunião de 18/06/2024, o processo em título, tendo em conta o teor da informação da área de empreendedorismo que faz parte integrante do processo, propondo a aceitação do benefício fiscal de redução de 42,20% de IMI relativamente aos prédios utilizados pela empresa Metal Carvalho Conrado, Lda., sita na Zona Industrial da Paul – Casal das Moléstias e Pintor, Fonte Grada com a CAE Principal 25992 –“Fabricação de outros produtos metálicos diversos”, ao abrigo do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo,

nos termos dos artigos 6.º e 8.º do código fiscal do investimento, por reconhecer que se trata de um investimento de Interesse Municipal para o concelho de Torres Vedras.-----

-----A **presidente da Câmara** começou por apresentar a empresa em causa que está a fazer um investimento significativo no concelho, uma empresa de qualidade, à qual da parte da Câmara Municipal também há alguns compromissos, nomeadamente na melhoria dos acessos à própria empresa. Esta empresa cumpre os critérios em vigor no município, aprovados por deliberação da Assembleia Municipal de 22/06/2017 para apoio às empresas, ou seja, que façam investimento de pelo menos 1 milhão de euros, assegurem a criação líquida de um mínimo de 10 postos de trabalho, tenham investimento que não esteja concluído à data da apresentação da candidatura e que garantam a manutenção da empresa na localização geográfica da atividade em causa durante um período de 5 anos, podendo ser reconhecido como investimento de interesse municipal com a redução do valor do IMI a pagar, que é pontuado, e neste caso ser atribuído o benefício fiscal de redução de 42,2% do IMI num período de 3 anos, sem que se saiba exatamente qual o montante que deixará de pagar, porque será variável, de acordo com a sua atividade ao longo dos próximos anos.-----

-----Salientou o facto de terem num período de tempo pequeno, duas empresas em situação de se poderem candidatar como um projeto de investimento de interesse municipal, o que os orgulha, e que contribuiu para o desenvolvimento do território.-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos*, atendendo às características de que se reveste a integração desta empresa no concelho, relativamente à qual o UTV se congratula, ou seja, atendendo ao valor total do investimento, ao número de postos de trabalho criados, para além da instalação da sede durante pelo menos 5 anos, reúne as condições para ser considerada como um investimento de interesse municipal e, por isso, regozijam-se que lhe seja concedida essa redução com benefício fiscal em sede de IMI, de 42,2% e, votarão favoravelmente.-----

-----Também sobre este assunto pronunciou-se a *deputada municipal Marta Gerales* para salientar o detalhe da informação disponibilizada e parabenizar os serviços pelo facto porque lhes permite perceber a complexidade do processo assim como perceber o interesse municipal, nesta isenção.-----

-----O **presidente da mesa** fez dele as palavras da deputada.-----

-----Ainda sobre o tema em análise, o *deputado municipal Rui Prudêncio* salientou a boa hora da deliberação em causa que permitem atribuir a estas empresas alguns benefícios, para que o concelho de Torres Vedras seja mais atrativo para que se instalem, pelo que acha que estão todos de parabéns, deixando uma palavra de apreço à própria empresa pelo investimento que está a fazer, pelo produto que fazem e que, de alguma forma é inovador, é uma empresa exportadora e o grupo municipal do PS votará favoravelmente esta pretensão.-----

----- Terminadas as intervenções, passou-se à votação: -----

----- Ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento produtivo (RBFCIP), nos termos dos artigos 6.º e 8.º do Código Fiscal do Investimento (CFI), a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, declarar de interesse municipal e aceitar o benefício fiscal de redução de 42,20% de IMI por 3 anos relativamente aos prédios utilizados pela empresa Metal Carvalho Conrado, Lda. -----

## **6 - PROPOSTA N.º 20/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROJETO “FAZ E ACONTECE” – EXPERIÊNCIAS VOCACIONAIS EM CONTEXTO LABORAL:** -----

----- Presente ofício número 2899, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19/06/2024, a remeter a alteração ao regulamento em título em conformidade com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 18/06/2024.-----

----- A **presidente da Câmara** fez uma breve resenha do regulamento em apreço, que existe há vários anos tendo como população alvo jovens entre 14 e 20 anos e aquilo que se pretende é que tenham experiências vocacionais em contexto laboral, prevendo que fossem 10 jovens numa quinzena em junho e 10 jovens na segunda quinzena de julho. Em causa está apenas fazer a alteração da redação do número 2 do artigo quinto, ou seja, que passe a constar que “o número de inscritos e a sua distribuição quinzenal serão anualmente definidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras.”-----

----- Esclareceu ainda que esta alteração resulta do facto de terem constatado que nos últimos anos há mais do que 20 jovens a quererem fazer estas experiências vocacionais, e, por outro lado, que a sua distribuição possa ser de forma diferenciada, dependendo das empresas e do número de jovens.

----- A **deputada municipal Marta Geraudes** disse que conhece o projeto desde a sua raiz, pensando que o regulamento já sofreu uma ou duas alterações que vieram à Assembleia Municipal, enaltecendo esta possibilidade de alargamento. Deixou a nota para que numa futura alteração, seja aferida a possibilidade de aumentar o limite da idade para 21 anos, porque se completa 3 anos do ciclo universitário, e por outro lado permitiria a alguém que tenha chumbado um ano que possa usufruir desta experiência, pois muitas vezes são essas pessoas que precisam mais de encontrar a sua vocação.-----

----- Parabenzou o projeto “Faz e Acontece” porque permite de uma forma tão simples, dar em 15 dias dar todas estas experiências aos jovens, no qual são várias as empresas de diferentes ramos que participam e sabe que a câmara tem feito um esforço para alargar o espectro de possibilidades que existem, enaltecendo assim esta alteração assim como todas as empresas que se têm juntado ao projeto. -----

----- O **deputado municipal Rui Prudêncio** também defendeu ser fundamental a existência deste



programa, pois cada vez mais, vai ser necessário o saber fazer, e o saber fazer também se adquire na prática e permitirem que jovens tenham acesso ao saber fazer, é, de facto, uma porta para o mundo do trabalho e não só, lembrando que, no ponto anterior, aprovaram um incentivo a uma empresa, cuja formação do seu proprietário foi feita numa escola profissional do concelho torriense, que com base na sua experiência adquirida, lançou este ano esta empresa, ou seja são bons exemplos terem no concelho escolas que vocacionem os jovens no sentido do saber fazer, porque essa será a grande ferramenta contra a inteligência artificial, nunca nenhum carpinteiro ficará sem emprego.-----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa colocado a alteração do regulamento em título à votação do plenário: -----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea g) do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a alteração do n.º 2 do art.º 5.º do regulamento do projeto “Faz e Acontece” – Experiências Vocacionais em Contexto Laboral, que passará a ter a seguinte redação “O estabelecido do número de inscritos e a sua distribuição quinzenal serão anualmente definidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras.” -----

**7 - PROPOSTA N.º 21/CM/2024 - NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

-----Presente ofício número 2637, da Câmara municipal de Torres Vedras, de 03/06/2024, a dar conhecimento que foi efetuado o procedimento de contratação pública (consulta prévia), após constituição de agrupamento de entidades adjudicantes entre o Município e os SMAS, tendo a prestação de serviços de revisor oficial de contas sido adjudicada à entidade Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC, e nesse sentido e tendo presente a competência da Assembleia Municipal, submetem a este órgão deliberativo a nomeação do Dr. Vicente Pereira Gomes Marques, administrador da referida entidade e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município (Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento).-----

-----Apresentando o ponto em epígrafe a **presidente da Câmara** deu nota que foi feita a adjudicação à entidade Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associados e pretende-se que a Assembleia Municipal, aceite a nomeação do Dr. Vicente Pereira Gomes Marques como revisor oficial de contas para as 2 entidades. -----

-----Estando o plenário devidamente elucidado, passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência, prevista no n.º 1 do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, nomear o Dr. Vicente Pereira Gomes Marques, administrador da Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC, e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município (Câmara Municipal e Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento). -----

**8 - PROPOSTA N.º 20/AM/2024 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:**-----

-----O *presidente da Assembleia*, **José Correia** disse que tinham apenas algumas informações genéricas, das quais daria nota, desde logo que a Comissão Permanente de Saúde está a preparar uma proposta para realizar uma sessão temática sobre saúde, a Comissão Permanente de Sustentabilidade já reuniu com novo presidente, David Lopes e já tem uma reunião agendada com o vereador Francisco Martins, a Comissão Permanente de Economia está a fazer uma compilação da sessão temática de 23 de maio para dela serem extraídas recomendações para serem presentes à Assembleia Municipal no seu devido tempo e por último a Comissão Permanente de Líderes iria reunir no dia seguinte extraordinariamente e depois em julho como está calendarizada. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**9 - PROPOSTA N.º 21/AM/2024 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: --**

**INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:** -----

-----Presente informação em título datada de 21/06/2024, reportada ao período entre 01/04/2024 e 31/05/2024 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.538.256,79 e € 2.023.882,02 de dívidas a fornecedores.-----

-----Pedi para usar da palavra a *deputada municipal* **Marta Geraldês**, aproveitando este ponto da ordem de trabalho para parabenizar toda a equipa da autarquia que fez o acompanhamento das eleições europeias. Foi a primeira vez que utilizaram os cadernos eleitorais desmaterializados, para o qual tiveram uma sessão de formação que contou com o apoio dos técnicos da Câmara Municipal para que esta eleição corresse da melhor forma. -----

-----Salientou ainda que os testes que fizeram no primeiro fim-de-semana não correram nada bem, deixando-os muito apreensivos, enaltecendo a equipa que já acompanha há alguns anos as eleições tradicionais e que desta vez teve que se desdobrar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**9.1 - PROPOSTA N.º 22/AM/2024 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):**-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

-----Ofício número 2126 de 29/04/2024 – deliberação de 23/04/2024.; ofício número 2267 de 09/05/2024 – deliberação de 05/05/2024; ofício número 2638, de 03/06/2024 – deliberação de

28/05/2024; ofício número 2757 de 07/06/2024 – deliberação de 05/06/2024 e ofício número 2891 de 19/06/2024 – deliberação de 18/06/2024. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**9.2 - PROPOSTA N.º 23/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):**-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 2268 de 09/05/2024 – deliberação de 07/05/2024:-----

-----Freguesia da Ponte do Rol - Apoio financeiro para construção de muro de suporte em betão armado no pátio exterior da Junta de Freguesia - € 22.051,34.-----

-----Freguesia do Ramalhal - Apoio financeiro para obras de adaptação de edifício para a criação de dois gabinetes - € 6.252,64-----

-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - Apoio financeiro para investimentos no Cemitério de São Miguel: 1.º Semestre 2024 - € 100.000,00 e 1.º Semestre 2025 - € 50.000,00.-----

-----Ofício número 2758 de 07/06/2024 – deliberação de 05/06/2024:-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 50.000,00 (2.ª tranche), apoio financeiro para a requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia, na Carvoeira.-----

-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 23.875,29 - Apoio financeiro para despesas com a limpeza do Carnaval 2024.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**10 - PROPOSTA N.º 24/AM/2024 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES.**-----

**VOTO DE AGRADECIMENTO – ANTÓNIO FERREIRA DOS ANJOS:**-----

-----Na sequência do pedido de renúncia ao mandato do deputado municipal António Ferreira dos Anjos o presidente da Assembleia propôs que ficasse lavrado em ata um voto de agradecimento, ao deputado pelo seu contributo cívico e empenho nas causas públicas e de interesse do município e do concelho de Torres Vedras, e ainda de lhe transmitir os votos de felicidades pessoais.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto em título.-----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA AMÁLIA LUCAS LOPES:**-----

-----O presidente da Assembleia propôs que ficasse lavrado em ata um voto de pesar pelo falecimento de Maria Amália Lucas Lopes, mãe do presidente de junta da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar e endereçar ao autarca e a toda a família as mais sentidas condolências, nesta ocasião de profundo pesar.-----

**RECOMENDAÇÃO POR UMA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE COMBATA A POBREZA MENSTRUAL JOVEM E PROMOVA A IGUALDADE DE ACESSO À SAÚDE:**-----

-----“A importância do Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente a 8 de março, surge de uma herança histórica de desigualdade de tratamentos e oportunidades cujas consequências têm efeitos até aos dias de hoje. Por muitos avanços legislativos que têm vindo a ser feitos, a história das mentalidades alerta-nos para a morosidade associada a processos de alteração dos paradigmas mentais (formas de agir, pensar, etc.). Logo, nunca é demais reafirmar o papel das mulheres no desenvolvimento da sociedade, a sua contribuição central para alcançarmos, coletivamente, a justiça social e um mundo mais fraterno e igualitário. -----

-----Consagrado pelo artigo 23.º da Carta dos Direitos Humanos da União Europeia, estabelece a garantia de igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, prevendo que se tomem medidas a favor do género sub-representado. Assim, é papel do Estado a promoção de uma agenda de políticas públicas que reforce os dispostos relativos à desigualdade de géneros, assegurando um direito constitucionalmente garantido pelo artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. ---

-----Fruto de anos de desinformação e estigmatização, as questões associadas tanto à sexualidade feminina como à higiene íntima, permanecem assuntos tabus na nossa sociedade, criando por isso obstáculos à promoção de um acesso igual à Saúde - consagrado pelo artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa – e com sérias consequências, potenciando o surgimento de doenças, alergias, infeções, entre outros.-----

-----Nomeadamente, entre aqueles que menstruam, a higiene íntima ocupa uma grande fatia das suas preocupações, tendo um impacto desigual mediante o acesso que estes conseguem fazer a cuidados de higiene íntima, sendo as famílias com menores posses financeiras as mais prejudicadas pela inerente dificuldade que têm em aceder a cuidados de saúde, neste contexto.-----

-----Segundo um estudo de 2024 promovido pela Evax e realizado pela Spirituc – Investigação Aplicada, 23,5% das raparigas entre os 18-24 anos inquiridas partilharam que já tiveram de recorrer a produtos como lenços higiénicos, lenços, segundo par de cuecas, algodão, roupa velha ou meias por não terem condições económicas para comprar produtos menstruais. Já 17,2% das raparigas afirmaram conhecer quem já tenha faltado às aulas por não conseguirem comprar produtos menstruais, enquanto 25,5% assinalou que por não conseguirem adquirir produtos menstruais já tiveram amigas que lhes pediram.-----

-----Ora, durante a escolaridade obrigatória, por exemplo, a impossibilidade de acesso a produtos de higiene menstrual para além de representar um sério risco de saúde para a própria, leva ao desenvolvimento de estigmas relacionados com a higiene e a imagem alheia, com efeitos psicológicos perniciosos. Tal problema é reconhecido pela própria comunidade estudantil, destacando-se as Associações de Estudantes e a sua ação para colmatar o flagelo da pobreza menstrual das jovens estudantes.-----

-----Desta forma, urge mitigar os impactos produzidos pela estigmatização e pela desinformação,

através de um conjunto ampliado de ações que promovam a sensibilização em favor de temáticas não apenas relacionadas com a menstruação e a saúde íntima feminina, mas também com o papel central que esta ocupa na sociedade. Em especial, combater deste cedo os perigos e problemáticas associados à pobreza menstrual e proteger a comunidade estudantil do nosso concelho. -----

-----O enquadramento legal para a ação dos municípios neste âmbito está consagrado pelas atribuições que lhe estão conferidas pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea g) e artigo 33.º alínea u); e através da transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, ficando à responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde a elaboração de um Plano Municipal de Saúde. -----

-----Assim, no âmbito das atribuições do Município e competências da Câmara Municipal, de forma a combater a pobreza menstrual, promover a igualdade no acesso à Saúde, e tendo em conta o pacote de medidas para a juventude anunciadas pelo Governo da República a 23 de maio de 2024, o Grupo do Partido Socialista propõe que na reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada a 26 de junho de 2024, se delibere recomendar à Câmara Municipal de Torres Vedras: -----

-----1.Distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual reutilizáveis, nomeadamente copos e pensos reutilizáveis nas escolas públicas do município, a iniciar no próximo ano letivo 2024/2025. -

-----2.Um programa de sensibilização que promova, junto das escolas do concelho, o debate sobre questões relacionadas com a emancipação feminina e a desigualdade de géneros, bem como de educação sexual. -----

-----3.Que o Conselho Municipal de Saúde possa emitir um parecer sobre: a inclusão, na Estratégia Municipal de Saúde, de um programa que vise a distribuição gratuita e alargada de produtos de saúde feminina e similares em todas as escolas, instâncias de saúde, e juntas de freguesias do concelho de forma permanente; e da necessidade de uma estratégia municipal de combate ao estigma e às desigualdades associadas à dificuldade de acesso a cuidados de saúde. -----

-----Torres Vedras, 26 de junho de 2024. -----

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista - Tomás Horta Lourenço.”-----

-----Fazendo uma breve introdução o proponente **Tomás Lourenço** disse que a recomendação em epígrafe surge à luz de uma necessidade identificada, após algumas reuniões com associações de estudantes e juntas de freguesia do concelho, de que já existiam casos em que estavam a ser distribuídos produtos de higiene menstrual íntima de forma totalmente gratuita, por estas organizações, sendo assim da mais elementar de justiça social, que possa ser um Estado a suportar os custos desta distribuição, também tendo em conta aquilo que são as competências do município em matéria de dispersão de cuidados de saúde. -----

-----No que diz respeito à Estratégia Municipal de Saúde, a recomendação visa que o Conselho Municipal de Saúde possa emitir um parecer sobre, por um lado, a pertinência desta medida e que

a mesma se possa alargar, não só às escolas do concelho, mas às juntas de freguesia e instâncias de saúde do concelho e que faça uma espécie de estado de arte relativamente a estas questões no concelho e que possam ser contempladas na estratégia municipal, posteriormente. -----

----Por último defendeu que seria interessante que esse parecer e as conclusões do Conselho Municipal de Saúde pudessem ser aproveitadas, na já referida Assembleia Municipal Temática da Saúde ou numa sessão temática específica para tratar estas questões da desigualdade de género e pobreza menstrual. -----

----A *deputada municipal* **Marta Geraldés** saudou a recomendação e adicionou que a partir de setembro estarão disponíveis estes produtos gratuitos nas escolas e nos centros de saúde, ou seja uma parte da recomendação já vai ter concretização. -----

----Não se registaram mais intervenções, passando à votação:-----

----A Assembleia municipal deliberou, por unanimidade aprovar a recomendação por uma estratégia municipal de saúde que combata a pobreza menstrual jovem e promova a igualdade de acesso à saúde. -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

----Pelos 23h 20m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---